COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE DO TOCANTINS

REUNIÃO ORDINÁRIA – DIA 06/12/2016

Aos seis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis, às quatorze horas e vinte e quatro minutos, na Sala de Reuniões da Secretaria Estadual da Saúde do Tocantins (SES-TO), deu-se início a 11ª (décima primeira) Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite do ano de 2016, com a presença dos membros: **Secretaria Estadual da Saúde do Tocantins (SES-TO):** Luiza Regina Dias Noleto/Superintendente de Planejamento, substituindo o Presidente da Comissão Intergestores Bipartite Tocantins (CIB/TO) Sr. Marcos Esner Musafir; Margareth Santos Amorim/Superintendente de Políticas de Atenção à Saúde; Carlos Felinto Junior/Gerente de Desenvolvimento de Políticas de Saúde; Ludmila Nunes Moreira Barbosa/Dir. de Controle, Regulação, e Avaliação em Saúde; Luciana Ferreira Luciana Ferreira Marques da Silva Diretora de Gestão de Vigilância em Saúde; Gilian Cristina Barbosa Diretoria de Atenção Primária e Patrícia Quintanilha de Oliveira Vecchione/Superintendência de Unidades Próprias. **COSEMS:** Fabrício Alves Segura/ Diretor de Descentralização e Regionalização do COSEMS-TO e Secretário Municipal de Saúde de Araguanã – TO; Irineuda C. Leite / SMS de Pium; José Nelson Brito da Silva SMS de Ananás; Maria da Conceição Marinho de Farias Rêgo/SMS de Tocantinópolis e 1ª (primeira) Vice-presidente do COSEMS; Ricardo Silva Madruga/SMS de Wanderlândia e Conselheiro Fiscal do COSEMS; Sirlene Pereira dos Santos Farias/Secretária Municipal de Saúde de Novo Alegre Sueli S. de Sousa Aguiar/SMS de Gurupi e Diretora de Comunicação do COSEMS;– TO Whisllay Maciel Bastos/ Secretário Executivo e Secretário Municipal de Saúde de Palmas – TO; A Sra. Luiza Regina Dias Noleto neste ato, representando o Sr. Marcos Esner Musafir, Secretário Estadual de Saúde do Tocantins e Presidente da CIB, presidindo esta Reunião Ordinária, iniciou convidando todos os representante da CIB a se posicionarem a mesa para dar inicio a 11ª (décima primeira) Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite do dia 06 de dezembro de 2016 às quatorze horas e vinte e quatro minutos, e a mesma informa que o Secretário Estadual de Saúde Sr. Marcos Esner Musafir, comunicou que estará presente na reunião, e tão logo ele chegue ela estará se posicionando na condição de ouvinte para que ele possa estar presidindo a CIB, e a Sra. Maria da Conceição Marinho de Farias Rêgo vice Presidente do COSEMS esta aqui como suplente representando o Presidente do COSEMS o Sr. Vânio. A Sra. Luiza - Regina abriu os trabalhos apresentando o que segue: **Pontos de Pauta para Pactuação e Aprovação:** **ITÉM 1** - Pactuação e Aprovação da pauta. A Sra. Luiza Regina dispensou a leitura de toda a Pauta colocando a apreciação dos membros, se aprovam ou não toda a Pauta disposta que se encontra em vossas mãos - Aprovada a Pauta do dia. **ITEM 2** Pactuação e Aprovação de pontos de pauta da Secretaria Geral da Comissão Intergestores Bipartite: **ITEM 2.1** Ata da Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite do dia 17 de Novembro de 2016; A Sra. Luiza Regina pergunta se os membros têm algum comentário a respeito da Ata da Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite do dia 17 de Novembro de 2016 que foi lida pelo COSEMS na Reunião Previa. Aprovada a Ata da Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite do mês de novembro. **ITEM 2.2** A

primeira Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite, seja realizada no mês de fevereiro de 2017 e que a data será socializada para todos após negociação com o COSEMS-TO. A Sra. Luiza Regina em seguida falou sobre a data provável da primeira Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite seja realizada em fevereiro de 2017 e que a data será socializada para todos após negociação com o COSEMS, ela lembra que a reunião será antes do carnaval entre 16 a 23 de fevereiro, e informou que a data vai se definida após uma reunião que o Presidente do COSEMS está participando em Brasília porque na reunião terá encaminhamentos que impactarão na definição dessa data, e por isso não foi possível colocar uma data hoje para aprovação - Aprovado o ITEM 2.2. **ITEM 3 -** Pactuação e Aprovação da pactuação Interestadual entre o Estado do Tocantins e o município de Goiânia Goiás (vigorar a partir da competência março de 2017). Sra. Ludmila Nunes M. Barbosa/Diretora de Controle, Avaliação e Auditoria enfatiza a questão sobre a Pactuação Interestadual entre o Estado do Tocantins e o município de Goiânia, que aprova um repasse anual no valor de R$ 1.200.000,00 (Hum milhão e duzentos mil reais) para município de Goiânia do Fundo Nacional de Saúde direto para o Fundo Municipal de Saude de Goiânia, e R$ 100.000,00 (cem mil reais) mensalmente. A Sra. Ludmila Nunes em seguida apresenta o histórico que iniciou essa pactuação em 2008 e foi até o ano de 2015 e esclareceu que estão pedindo a renovação para o ano de 2016/2017, ela esclarece também que esses são os procedimentos realizados, e que o faturamento referente ao mês de setembro de 2015 a agosto de 2016 a parte ambulatorial um físico de R$ 1.547,91 (Hum mil e quinhentos e quarenta e sete reais e noventa e um centavos) e um financeiro anual de R$ 55.358,37 (cinquenta e cinco mil trezentos e cinquenta e oito reais e trinta e sete centavos) ela relata que em setembro do S.I.H/SUS que é a parte da internação que o físico é de R$ 35,50 (trinta e cinco reais e cinquenta centavos) é a média o financeiro de R$ 108.562,84 (cento e oito mil e quinhentos e sessenta e dois reais e oitenta e quatro centavos) ela observou que o faturamento é bem maior que o valor que é repassado para o município de Goiânia. E finalmente apresenta um gráfico que vem aumentando a cada ano. Aprovado o ITEM 3. A Sra. Luiza Regina neste momento comunica a presença do Secretário Estadual de Saúde do Tocantins Sr. Marcos Esner Musafir, e passa a presidência ao mesmo. Sr. Marcos Musafir cumprimenta a todos e informa que está chegando de uma reunião no Palácio Araguaia sobre a situação econômica do estado e também questão de recursos financeiros para a saúde também que esta muito critica a situação, ele informa que parece que o recurso da pactuação não vai vir e que esta havendo uma pressão dos governadores, e com isso tem que apresentar uma justificativa para ver se consegue contornar a situação, o secretário agradece a todos e deseja a todos uma feliz CIB, um feliz Natal e Feliz Ano Novo e diz que vai permanecer alguns minutos e que no uso da palavra ao concluir retorna a presidência para a Sra. Luiza Regina fazendo vários elogios à mesma, onde ela retoma aos trabalhos apresentando o **ITEM 4 -** Pactuação e Aprovação da Retirada dos municípios de Porto Nacional e Paraíso do Tocantins da Central de Regulação das Urgências do SAMU – 192 (CRU) da Regional de Palmas. A expositora Sra. Haideé faz a exposição sobre o assunto, e relata que já tinha sido colocado em reunião da CIB que o Ministério da Saúde (MS) retirou a qualificação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) de Palmas em virtude da região já está com uma população acima de 350.000 (trezentos e cinquenta mil) habitante que é a faixa etária onde estava habilitado o SAMU de Palmas, ela informa que receberam um

comunicado que o município pode perder a habilitação do SAMU, em razão disso que o município de Palmas solicitou esse ponto de Pauta que apesar do documento que saiu aqui da CIB demonstrando que o município de Palmas consegue fazer a regulação tanto da região como dos municípios de Porto Nacional e Paraíso do Tocantins que não pertencem a região do Capim Dourado eles não aceitaram essa justificativa, e ai foi solicitado a Câmara Técnica na ultima prévia da CIB, que foi realizada ontem (05/12/2016) onde foi apresentada uma proposta do estado e o Sr. Daniel Borinni esclarece que não vai fazer a apresentação novamente porque já foi feita a apresentação e vai passar para os encaminhamentos que foram acordados tanto na Câmara Técnica como na previa da CIB, esclarece que vao compor uma equipe de trabalho pelos municípios de Gurupi, Palmas, Araguaina e o COSEMS e mais alguns técnicos do estado que seria ele Celeste, Carlos, Mayena e a Marleide Aurélio, no dia 12 de Dezembro às catorze horas na sala de reunião do Planejamento, para que a partir da proposta apresentada construir um projeto que de viabilidade para que essas ações propostas de fato aconteça, e se for essa a decisão desse grupo de trabalho e esclarece também que na Câmara Técnica ficou acordado que como há uma proposta do estado que enviem um Oficio para o MS colocando a questão para que o município de Palmas não perca habilitação enquanto essa Câmara Técnica faça o estudo e defina de como isso vai ocorrer, porque senão ele pode vir a perder a habilitação como foi já formalizado pelo MS, e que saia daqui desta CIB uma decisão de formalizar isso ao MS para que eles aguardam e que o município não perca a habilitação até que se finaliza o estudo da viabilidade da proposta e pode detalhar no Oficio do que estão propondo. Sra. Luiza Regina acha que é prudente fazer a apresentação porque a plenária é agora. A Sra. Conceição do SMS de Tocantinópolis também acha necessário a apresentação para constar em Ata para que seja anexado ao documento. O Sr. Daniel informa que a justificativa dessa proposta que o Estado está apresentando, se baseia que o município de Palmas tem uma habilitação até 350.000 (trezentos e cinquenta mil) habitantes, que já ultrapassa essa habilitação que é em torno de 410.000 (quatrocentos e dez mil) habitantes, e vê que para resolver essa questão, seria necessária a transferência para outra habilitação para uma central de 350.700 (trezentos e cinquenta mil e setecentos), onde o município de Palmas não teria condições de bancar essa proposta. Informa ainda que o MS já informou ao município que há uma possibilidade de se perder a habilitação da Central que funciona hoje em Palmas. A gestão de Palmas propõe a retirada de Porto Nacional e Paraíso do Tocantins da Central, para que se enquadre na população de até 350.000 (trezentos e cinquenta mil) habitantes. Hoje o Estado está impossibilitado de ampliar a cobertura do SAMU, pois não há Central de Regulação para que o regule, sendo palmas a única Regional, Gurupi e Araguaina só regulam o próprio município e não há intenção, após conversa com os dois gestores, de fazer essa ampliação para que regulem outros municípios. Destaca ainda que outro problema na regulação de Urgência é a falta de portas de entrada nos hospitais, pois eles são porta aberta, mas nada impede que tenham uma regulação, e demonstra que a proposta do Estado é que haja somente uma regulação com a administração da Secretaria Estadual de Saúde (SES) e a implantação da Central de Urgência, além do SAMU 192, pois todas as transferências, quer seja Unidade de Pronto Atendimento (UPA) ou Hospitais municipais, seria feito pelo SAMU192, sendo assim os municípios passariam pelo o médico regulador que indicará qual o hospital que deve ser encaminhado esse paciente. Com o Estado assumindo essa regulação, seria

suspendido os repasses da contrapartida estadual em relação a Regulação, a Unidade de Suporte Avançado (USA) e Unidade de Suporte Básico (USB) que é de R$ 3.729.942,00 (três milhões, setecentos e vinte e nove mil, novecentos e quarenta e dois reais), ficando, após a mudança, habilitado pelo Estado para o porte de 350.000 (trezentos e cinquenta mil) habitantes a 700.000 (setecentos mil) habitantes que hoje já é, aproximadamente, a cobertura que o SAMU faz, recebendo o valor de R$ 1.340.375,40 (hum milhão, trezentos e quarenta mil, trezentos e setenta e cinco reais e quarenta centavos) do MS para manutenção da Central de Regulação que seria a única do Estado, com a necessidade de pessoal estimada em planilhas, transformando a Central em um Complexo Regulador, tendo um impacto financeiro de R$ 3.366.000,00 (três milhões, trezentos e sessenta e seis mil reais), onde o estado, além disso, financiaria um pouco mais de R$ 2.000.000,00 (dois milhões), sendo valores estimados. Demonstra ainda os benefícios que a central traria, além da resolução do impasse entre Palmas, Porto Nacional e Paraíso do Tocantins, conseguiríamos, a medida que alguns municípios queiram implantar o SAMU, a possibilidade de ampliação desse serviço, a Regulação de USA e possibilidade desse transporte inter-hospitalar na área de cobertura e agregar o serviço de Unidade de Tratamento Intensivo (UTI) Aérea e Terrestre, a regulação das portas de entrada dos hospitais (regulando o fluxo), e estruturação do Núcleo Interno de Regulação (NIR) em todas as unidades hospitalares e uma possibilidade do KANBAN (é uma placa que monitora a ocupação do leito eletrônico) que daria acesso diretamente a central, conseguindo ver o resumo desse paciente, sendo importante na hora da tomada de decisão pelo médico regulador, sendo simples a implantação. Daniel encerra sua fala e encaminha para o próximo dia doze na reunião do Grupo de Trabalho (GT), o inicio da construção do Projeto. Informa ainda, após questionamento da Sra. Aideé, que não haverá contrapartida do estado em relação a USA, USB e nem para Central de Regulação. Luiza informa que com isso, têm-se encaminhamentos contrários a retirada do SAMU dos municípios, que são: 1. Formação de Grupo de Trabalho para estudo e construção de Projeto de implantação de um complexo regulador único, formado por profissionais da SES, COSEMS e Municípios; 2. Elaboração e encaminhamento de documento ao MS justificando e solicitando que a central de regulação de Palmas não seja desabilitada até que se implante o novo projeto; 3. Articular o envolvimento da Secretaria de Estado da Administração (SECAD), pois haverá impacto na folha de pagamento, e; 4. Marcação da reunião do GT para elaboração do Projeto. Itens aprovados pela plenária. **ITEM 5** Pactuação e Aprovação da Nota Técnica nº 02 - Alerta para Critérios de Identificação e vigilância de Contatos de Hanseníase, da SES-TO/SVPPS/DVEDTNT/GDT/AAH, de 14 de novembro de 2016. Expositora: Suen Oliveira Santos/Assessora da Área Técnica de Assessoramento da Hanseníase informa que a Nota Técnica 02 vem reforçar a Portaria GM/MS 149 de 03 de fevereiro de 2016, para o alerta aos critérios de identificação de vigilância aos contatos de hanseníase, pois anteriormente tínhamos como critérios para avaliação de contatos, os intra-domiciliares, e a partir desse ano passamos a ter os contatos domiciliares, de vizinhanças e sociais, passando a ser pessoas que vivem na mesma casa há pelo menos três meses, pessoas que vivem nas residências do lado esquerdo e direito e na frente ou atrás da casa pelos últimos três meses e colegas de trabalho, de escola, entre outras, pessoas que passam mais de vinte horas por semana por três meses, respectivamente. Informa e demonstra ainda sobre as estratégias de abrangência e avaliação, os fluxos como

estratégias de avaliação para os contatos. Informa ainda que foram criadas novos formulários para melhor colhimento de dados e que é necessário o lançamento dos caso no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) e fala sobre um questionamento feito pela manhã sobre a Minociclina, que a Drogaria Genérica e Unicom em Palmas já tem a medicação disponível. A Sra. Aideé pede a correção dos trinta dias que hoje estão com mais de 600 casos de hanseníase no estado. Aprovado com a demanda de correção dos trinta dias na portaria. **ITEM 6.** Pactuação e Aprovação do Projeto de Cirurgia Eletiva de Pediatria para o Município de Araguaína. Expositora: Mayena/Diretora de Regulação informa que, considerando a demanda de regulação e questões judiciais que determina a regularização da oferta das cirurgias pediátricas, foi elaborado um projeto para realização dessas cirurgias em todo o Estado para realização das cirurgias eletivas pediátricas no Estado nos seguintes procedimentos: HERNIOPLASTIA EPIGÁSTRICA; HERNIOPLASTIA UMBILICAL; HERNIOPLASTIA INGUINAL UNILATERAL E BILATERAL; ORQUIDOPEXIA UNILATERAL OU BILATERAL; POSTECTOMIA E FRENOTOMIA PENIANA; Idade: crianças de 29 dias a 12 anos, 11 meses e 29 dias, com os critérios: Serão todos regulados pela Central de Regulação Estadual mediante solicitação via SISREG seguindo a fila de espera através do Sistema de Gerenciamento de Lista de Espera de Eletiva (SIGLE); O fluxo de atendimento será definido pela Central de Regulação Estadual, que fará o comunicado aos municípios sobre o fluxo; O município de Araguaína será responsável pela avaliação ambulatorial pré e pós operatória; Os exames pré operatório são de responsabilidade dos municípios de origem; Os recursos serão repassados para o município de Araguaína, fundo a fundo, transferidos do Fundo Nacional de Saúde para o Fundo Municipal de Saúde para atender a fila de espera de cirurgia eletivas pediátrica da Regulação Estadual; Quadrimestralmente o serviço será avaliado e apresentado na CIB: O número de atendimentos realizados x regulados. Caso não estejam executando os atendimentos pactuados o recurso será revisto. Informa ainda sobre o teto físico e financeiro que são 30 (trinta) procedimentos cirúrgicos e o valor de cada procedimento, desde o pré e pós, é de R$ 1.000,00 (hum mil reais), sendo R$ 30.000,00 (trinta mil reais) mensalmente e R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) anualmente. **ITEM 7.** Pactuação e Aprovação das seguintes propostas da Diretoria de Vigilância Sanitária da SES-TO: **7.1.** Pactuar e aprovar Acordo de Competências das Ações de Vigilância Sanitária entre a Secretaria Estadual de Saúde do Tocantins e o Município de Araguaína - TO; **7.2.** Pactuar e aprovar Acordo de Competências das Ações de Vigilância Sanitária entre a Secretaria Estadual de Saúde do Tocantins e o Município de Gurupi - TO; **7.3.** Pactuar e aprovar Acordo de Competências das Ações de Vigilância Sanitária entre a Secretaria Estadual de Saúde do Tocantins e o município de Paraíso do Tocantins; **7.4.** Pactuar e aprovar Acordo de Competências das Ações de Vigilância Sanitária entre a Secretaria Estadual de Saúde do Tocantins e o município de Palmas; **7.5.** Pactuar e aprovar Acordo de Competências das Ações de Vigilância Sanitária entre a Secretaria Estadual de Saúde do Tocantins e o município de Porto Nacional; **7.6.**Pactuar e aprovar Acordo de Competências das Ações de Vigilância Sanitária entre a Secretaria Estadual de Saúde do Tocantins e os municípios de: Dianópolis, Goiatins, Novo Alegre do Tocantins, Barrolândia, Aguiarnópolis, Presidente Kennedy, Divinópolis, Alvorada, Araguanã, Bandeirantes do Tocantins, Brasilândia do Tocantins, Cachoeirinha, Chapada de Areia, Aliança do Tocantins, Aurora do Tocantins, Carmolândia, Darcinópolis, Fátima, Maurilândia,

Porto Alegre do Tocantins, Santa Tereza do Tocantins, Taguatinga, Arraias, Conceição do Tocantins, Ipueiras, Jaú do Tocantins, Pedro Afonso, Piraquê, São Sebastião do Tocantins, Santa Rita do Tocantins, Ananás, Wanderlândia, Natividade, Monte Santo, Centenário, São Valério da Natividade, Sandolândia, Augustinópolis, Rio dos Bois, Pugmil, Aragominas, Rio Sono, Santa Fé do Araguaia e Xambioá. Expositora: Aracy Siqueira de O. Nunes/ de Vigilância Sanitária/SES-TO. Aprovado o Item 7 e seus sub itens. **ITEM 8.** Pactuação e Aprovação da autorização para utilizar os recursos de rendimentos gerados sobre a proposta de nº 122446110001/14-001, de emenda parlamentar do senador Vicentinho, que como objeto a aquisição de uma Pick-up 4x4. Expositor: Juliano Ribeiro de Souza/Secretário Municipal de Saúde de Natividade Tocantins. Item excluído durante a reunião. **Pontos de Pauta para Apresentação e Homologação: ITEM 9.** Homologar as seguintes propostas da Superintendência de Educação na Saúde e Regulação do Trabalho, por meio da Escola Tocantinense do SUS - Dr. Gismar Gomes: **9.1** Consenso CIES/CIB-TO Nº 08/2016 de 11 de novembro de 2016. Que Dispõe sobre proposta do curso de Sensibilização do Método Canguru na Atenção Básica: Cuidado Compartilhado e repactuação de recursos financeiros de PROFAPS para sua execução. **9.2** Consenso CIES/CIB-TO Nº 09/2016 de 11 de novembro de 2016. Que Dispõe sobre proposta do curso de Cuidados Paliativos e repactuação de recursos financeiros de PROFAPS para sua execução. Expositor: Inez dos Santos Gonçalves/Sec. Exec. da Comissão Est. de Integração Ensino-Serviço CIES/CIB-TO informa que no primeiro consenso o recurso vem da Atenção Básica, que são as Atenção Integral as Doenças Prevalentes na Infância (AIDPI), sendo R$ 28.665,00 (vinte e oito mil e seiscentos e sessenta e cinco reais). As pessoas que foram capacitadas como facilitadoras no AIDPI não puderam dar prosseguimento a essa capacitação, sendo necessário a pactuação para realização de um curso de sensibilização do Método Canguru na Atenção Básica, trazendo noções gerais sobre o Método e será disponibilizado para as regiões de saúde de onde não tem pessoas capacitadas e atuarão como multiplicadores dessa sensibilização com os municípios, sendo que o curso acontecerá em Palmas e o recurso será para o pagamento de diárias dos professores do curso, frisando que as pessoas escolhidas devem ter perfis de multiplicadores. Ressalta ainda sobre o segundo consenso que a demanda surge como inquérito civil público que verificou que dentro das unidades hospitalares sobre gestão, nós precisávamos de pessoas que entendessem sobre o assunto. Aprovado os Itens 9.1 e 9.2. **ITEM 10.** Homologar a seguinte proposta da Superintendência de Planejamento da SES-TO: **10.1** Proposta de Projeto Nº. 36000982140201600, cadastrada no FNS referente à Emenda Parlamentar da Deputada Dorinha Seabra nº 26930014 no valor de R$ 200.000,00 (Duzentos mil reais), referente a Recurso de Incremento da MAC (Média e Alta Complexidade). Expositora: Luiza Regina Dias Noleto/Superintendente de Planejamento da SES – TO traz ao conhecimento de todos que esse assunto já foi falado na reunião da CIB do mês de novembro, que é uma possibilidade que o MS tem colocado para os parlamentares de colocar emenda parlamentar para incremento da Média e Alta Complexidade (MAC) de custeio porque havia o mito que a emenda parlamentar so poderia ser destinada a investimento, então esse mito foi desmitificado, e a Deputada Dorinha Seabra destinou para esse ano de 2016 o valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais) e segundo ela foi feito um trabalho uma articulação com o MS e a bancada do estado para colocar uma emenda de bancada de incremento da MAC. A Sra. Luísa Regina esclarece que aqui para estado na LOA do

MS de 2017 para atender a saúde em torno de R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) desse incremento, e a outra parte da emenda será destinada a outros assuntos na Segurança Publica, e na leitura do Item 10 ela acrescentou para homologar a proposta da SES do To. - Item aprovado pela Plenária. **11** - Homologar as seguintes propostas da Secretaria Municipal de Saúde de Dueré: **11.1** - Proposta de Aquisição de Equipamentos e Material Permanente nº. 13973.5520001/16-003, no valor de R$ 141.550,00 (cento e quarenta e um mil e quinhentos e cinquenta reais) via Emenda Parlamentar da Deputada Josi Nunes, nº 36950009 destinada ao Hospital de Pequeno Porte Antonio Rodrigues Araújo de Dueré – TO. **11.2** - Proposta de Aquisição de Equipamentos e Material Permanente nº. 13973.5520001/16-004, no valor de R$ 31.050,00 (Trinta um mil e cinquenta reais) via Emenda Parlamentar da Deputada Josi Nunes, nº 36950009 destinada ao Hospital de Pequeno Porte Antonio Rodrigues Araújo de Dueré – TO. Expositor: Vânio Rodrigues de Souza/Secretário Municipal de Saúde de Dueré, Aprovado o Item 11 e seus subitens. **12** - Homologar a seguinte proposta da Secretaria Municipal de Saúde de Bernardo Sayão. Proposta referente à compra de 01 (uma) ambulância no valor de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), sendo R$ 100.000,00 (cem mil reais) do convênio nº 014/2015 do Deputado Olyntho Garcia de Oliveira Neto e de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) de contra partida do Município de Bernardo Sayão. Expositor: Elielson Brito de Lima/Secretário Municipal de Saúde de Bernardo Sayão. Ele fez uma correção que o valor da emenda parlamentar e no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais) so que foi feito uma complementação com R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) do município para fazer a aquisição, porque o plano de trabalho era de R$ 100.000,00 (cem mil reais) era para compra de uma Pick-up Flex, isso no ano de 2015, mas ano de 2016 o veiculo saiu de linha, entao foi feito a correção e optaram comprar um veículo a diesel que chegou ao valor de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), e o municipio fazendo uma complementação de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a Sra. Luiza Regina solicita a secretaria da CIB que faça a correção do texto explicitando sobre a aquisição de uma ambulância que os R$ 100.000,00 (cem mil reais) é do convênio nº 014/2015 do Deputado Olyntho Garcia de Oliveira Neto e de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) de contra partida do Município de Bernardo Sayão. Aprovado a inclusão para a homologação da aquisição de uma ambulância para o Município de Bernardo Sayão. **Pontos de Pauta para Informes: Informes da Secretaria Geral da Comissão Intergestores Bipartite – CIB:** **a - Sec. Geral da CIB-TO:** Informar e orientar quanto a disponibilização e o acesso dos materiais e documentos da Comissão Intergestores Bipartite na home page da SES-TO no link da CIB e socializar o passo a passo de acesso. Expositora: Bezerra C. Vieira/Responsável interinamente pela Secretaria Geral da CIB-TO. Inicia informando que na reunião da CIB do mês de novembro já foi informado que a partir de agora todo o material da BIPARTITE já se encontra no Home Page da Secretaria, a exemplo da CIR que já opera a dois anos nesse sistema e agora a BIPARTITE também esclarece que foi feito um print da pagina e estão enviando o passo a passo pelo e-mail, esclarece também que foi feito um print da tela e para acessar a pagina a entrada é www.saude.to.gov.br , após clicar no link da CIB onde irão encontrar: as Pautas, os comunicados onde estão os oficios de convocação que são encaminhado para o COSEMS, para o estado, e informa que os materiais foi publicado até 2013 porque estão tendo dificuldade de resgatar materiais de anos anteriores. A Sra.Cirilucia Bezerra traz ao conhecimento de todos que do ano de 2016

já esta publicado de fevereiro até dezembro, e informa também que foi zipado o documento inteiro e que quando abre já está o material todo. O Sr. Whisllay Maciel Bastos/Secretário Executivo e SMS de Palmas – TO pede esclarecimento se já consta o material atualizado. Cirilúcia Bezerra esclarece que aqui na reunião serão feitas as adequações para jogar no link. Em seguida apresenta sobre as Atas já estão publicadas desde o ano de 1995, e as de 2016 até novembro vão ser postadas até na próxima sexta-feira (16/12/2016) porque estão faltando algumas assinaturas, e em seguida vem às freqüências, ela deixa claro que estão com uma proposta para a secretaria executiva para melhorar as freqüências. E em seguida vêm os contatos e que já está atualizado, e o regimento interno; A planilha de representantes; O calendário anual e logo após vem as Resoluções que são umas das mais utilizadas, e esclarece que de onde estiverem e precisar de uma resolução da BIPARTITE pode acessar o link, baixar e imprimir. A Sra. Cirilucia Bezerra pede para abrir o ano de 2015 e esclarece que foi testado e a solução encontrada foi utilizar o catalogo que antes de abrir o ano, abrir o catalogo, ela argumentou que é mais é mais fácil lembrar o assunto do que do numero, ela esclarece também que foi feito uma tentativa mais estava comprometendo muito a memória do computador, muito armazenamento ela esclarece que o catalogo vai atender a necessidade de todos. E para finalizar relata sobre a construção da galeria de Presidente da BIPARTITE, e informa que já foram levantados todos os nomes de todos os secretários, mas esta precisando ordenar pelo período de posse e de mandato de cada um, e apresenta a galeria do presidente, porque essa galeria é a história da BIPARTITE, essa é só uma proposta, estão pensando em fazer uma proposta que mostra a foto de um lado e o link do outro para entrar no período, estão numa fase de construir o melhor formato com a TI, porque a TI precisa dizer de qual é dos três formatos apresentado que comporta na Home Page da SES. O Sr. Whisllay Maciel apresenta uma sugestão sobre as Resoluções e de quando abrir o catalogo seja num local onde veja todos os catalogos de todos os anos se puder ter um ambiente que mostra todos os catalogos onde num único ambiente pode fazer uma varredura de todos os assuntos, e pode alem de manter dentro do bloco do ano ter uma outra pasta que seria os catalogos. Cirilúcia Bezerra informa que já existe um catálogo geral e um catálogo para cada ano, e em seguida e dando encerramento apresentou toda a equipe, cuja equipe que fez tudo isso acontecer, e agradeceu a todos e principalmente de sua chefa a Sra. Luiza Regina que confiou a ela esse desafio, ela deixou um pedido para que todos apóiem a BIPARTITE, porque eles tambem fazem parte da SES, pediu para que sempre visitem a Secretaria geral da CIB, que passem lá quando perceber que tem alguma coisa que não está bem, não deixe ficar como estava agora, chegando lá vejam no que podem contribuir, enfatiza que todos são corresponsáveis pelos trabalhos que passam na BIPARTITE, e estendeu ao COSEMS, relata que quando chegou na Sec. Geral da CIB encontrou (07) sete Atas atrasadas, estava quase um ano inteiro sem legalidade nas reuniões, isso é inadmissível e não é responsabilidade só da Sec. Geral da CIB é de todos que sentam nesta mesa. Agradeceu a presença de todos da mesa que estiveram aqui durante todo o ano, foram companheiros, e apoiaram porque não se faz um trabalho desse sozinho, não é mérito de Cirilucia o mérito é de Deus toda Honra e Louvor é dele, mais o empenho e de toda a equipe e agradece em público todos da SES, do COSEMS e da equipe do escritório do COSEMS. Informou que dia 16/12/2016 com o retorno da a Sra. Nayara Samya, ela entrega os trabalhos. A Sra. Luiza Regina também agradece ao trabalho desempenhado por toda a

equipe de Cirilucia, e todos da SES, do COSEMS e deseja a todos um Feliz Natal e um 2017, cheio de Realizações a todos, e em seguida volta ao Item de Pauta **b - Arraias:** Informar o Termo de Conclusão e Recebimento de Obra da Construção da Unidade Básica de Saúde do Parque das Colinas, no endereço Rua 07-A, Nº 04, Setor Central, Arraias Tocantins; **c - Almas:** Informar a retificação da proposta nº 12271064000113001 habilitada em 2013 de ampliação da (5183642), referente à Ordem de Serviço da Obra de Ampliação da UBS/Unidade de Saúde da Família, localizada na Avenida São João, S/N, Centro, CNES nº 5183642, obedecendo aos padrões técnicos e das exigências da portaria nº 339 de 04 de março de 2013; **d - Peixe:** Informar o Termo de Conclusão da Unidade Básica de Saúde referente à proposta nº 12780909000113004, localizada na Rua José Bezerra Guimarães, lote 04, Distrito de Entroncamento do Jaú/Peixe; **e - Peixe:** Informar o Atestado de Conclusão de obra referente a construção Unidade Básica de Saúde do Romão, localizada no povoado Romão, S/N, CEP 77460-000, referente a proposta nº 12780909000113002, no município de Peixe; **f - Novo Acordo:** Informar o Termo de Conclusão da Obra de Construção da Academia da Saúde, referente à proposta nº 11383855000113002, localizada no endereço Av. Novo Acordo, S/N, Centro Novo Acordo Tocantins; **g - Natividade:** Informar a Ordem de Conclusão dos serviços de reforma, da Unidade de Saúde do Divino Espírito Santo, CNES 2486830, proposta de Nr 244611000164/2011-01 - A Sra. Luiza Regina apresenta uns Informes e pedido de esclarecimentos pelos membros da comissão (Transferência da Contra Partida Obrigatória) - O Sr. Whisllay Maciel esclarece que o assunto é muito serio, relata que houve uma proposta de parcelamento no passado e houve no final de novembro uma reunião com o Secretário da Fazenda e foi firmado um termo que parte do pagamento seria feito no dia 15 de dezembro, o que foi observado do ponto de vista da movimentação para efetivar e liquidar esses pagamentos isso ainda não andou e ele gostaria de esclarecimento sobre isso, ele alega gostaria de checar a previsao do cumprimento desse prazo e valores e transferencia de recurssos obrigatórios ao municipio de Palmas. A Sra. Luiza Regina informa que o Secretário de Saúde esteve presente na reunião e ele informou que esteve o dia todo participando de reuniões no Palácio Araguaia com o Secretário da Fazenda com o Comitê Gestor do Governo em busca de recursos financeiros para a saúde, inclusive essa questão do recurso do repatriamento que com a perspectiva da vinda dessa segunda parcela para o estado ele esta insistentemente de forma contundente cobrando que isso venha para saúde, mas diante dessa conturbação do cenário político brasileiros não se sabe se vai concretizar a vinda desse repatriamento, ela afirma que passou um zap para o financeiro para ver se tem alguma posição mais concreta para ser passado até o final da reunião. O Sr. Iatagan faz um Informe a respeito do Prontuário Eletrônico do Cidadão (PEC) e Sistema de Administração de Pessoal (SISAPE) Ele iniciou lembrando que estava na pauta de hoje da discussão da secretaria executiva a respeito da implantação do PEC, ele lembra que vai ter o prazo até o dia 10 para justificar junto o MS, e o formulário está disponível no portal do gestor, acessando pelo sistema de controle de uso do E-SUS, ele esclarece que na semana passada teve uma web conferencia com os estados do norte do país, nessa web foi percebido que o anseio dos outros estados e praticamente o mesmo, a questão de computadores, de equipamentos de internet, pessoal, questão de técnicos e mesmo assim o que os técnicos do MS dizem que isso é um posicionamento do Ministro, e foi notado que foi uma decisão verticalizada, e além de tudo, primeiro foi

veiculado na mídia a cerca de dois meses que tinha essa obrigatoriedade, mas que até a semana passada não tinha nada oficial, ele esclarece que em 24 de novembro foi divulgado a portaria oficializando que esse prazo seria ate o dia 10, segundo ele foi mandado e-mail, mas grande parte dos municipios está ligando para cá, estão colocando o prazo da justificativa, outro erro deles e que não estipulara prazo mínimo e máximo, é um erro grotesco, porque como é sistema podem ser colocados dois digitos, então pode se colocar 99 meses e por não ter esse período mínimo e máximo. O Sr. Iatagan em seqüência esclarece que vai ser feito uma avaliação individual, e questiona que avaliar cinco mil municipios é bem complicado, foi orientado para que os municípios não ponham um prazo muito extenso, e ele disponibilizou ajuda, e esclareceu que no ano de 2016 foi conseguido realizar três agendas ativa, em três regionais que foi muito produtivo, mas sempre foi focado na Coleta de Dados Simplificado (CDS) porque é a realidade do nosso estado que é a coleta de dados simplificados. o MS desde que ele lançou o sistema sempre falou que tem vários cenários, varias formas de trabalhar que é o CDS e o PEC todos os municípios poderiam se adequar. O Sr. Iatagan relata que ele e a Gilian do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS), o pessoal já informou o documento estão encaminhando para eles tanto em questão de prazo de 60 (sessenta dias) dias, e também a questão que não teve nada normatizado, e foi questionado via web via apoiador, tudo bem sinalizados, outro ponto que foi questionado que é bem contraditório e que em vários municipios a única internet que eles tinha é a do Programa de Melhoria da Qualidade (PMAQ), e enfatizou ele que nas regiões Médio Norte Araguaia, Cerrado e Região do Bico do Papagaio receberam os computadores do Projeto de Formação e melhoria da qualidade de Rede de Atenção a Saúde (QualiSUS), são 65 (sessenta e cinco) municipios, e esclarece também que tem alguns gestores que acham que por ser o PEC só vão funcionar de tiver internet, da pra se organizar uma forma de trabalhar off-line, segundo ele da mais trabalho mas da para organizar. O Sr. Iatagam deu uma orientação é que ate o dia 10 tentem iniciar, além de fazer a justificativa no portal de gestor tentem iniciar porque se não iniciar e justificar eles vão bloquear os recursos, o MS está exigindo que alimente o PEC nesse formato, outra ressalva que ele fez, foi que os municipios que trabalham com sistemas próprios, principalmente na região do Bico do Papagaio e na região da Ilha do Bananal que tem vários municipios que trabalham com o sistema do Instituto de Ciências da Saúde (ICS), uma coisa que foi esclarecida como exemplo do ICS que ele teve acesso, ele é considerado pelo MS um sistema gestão, que não é só da saúde ele é um sistema de gerenciamento de controle interno, e o que ele faz ele abre a plataforma via internet que o município entra e preenche a fichado ESUS, então ele nada mais é do que o Coleta de Dados Simplificado (CDS), então o município esta pagando para fazer esse CDS, ele esta orientando porque alguns municipios estão relatando que não estão conseguindo fazer a exportação para o ICS, e que essa exportação não está acontecendo justamente porque ele não está enquadrado no prontuário eletrônico, ele se coloca a disposição porque tem vários gestores e municipios que os profissionais estão sendo capacitados via telefone também, eles vão fazer analise, deferindo ou indeferindo, se caso seja indeferido não foi dito se terão outra oportunidade para justificativa e mesmo que justifique vai colocar o prazo lá e se não conseguir instalar o prontuário eletrônico hoje pelo menos continue mandando o CDS porque segundo ele só a justificativa não esta justificando o trabalho do profissional, outra informação e que no dia 03 de novembro de 2016 foi divulgado um

Oficio Circular do MS onde o assunto foi suspensão por ausência de envio de Informação do Sistema de Informação da Atenção Básica (SIAB) e foi retificado que se o município passar três meses seguidos durante um ano sem enviar informação pelo sistema de informação vigente vai ter bloqueio de recurso, como ao sistema de transmissão do SIAB e passou a ser ESUS desde janeiro e no período de janeiro a novembro ele não estava levando a risca porque foi constatado que só tinha noticia de suspensão de saúde da família e saúde bucal, mas, citou como exemplo, não houve nenhum suspensão, nesse documento de 03 de novembro foi encaminhado e contou com a ajuda do COSEMS para divulgar, foi informado aos município, e acrescentou que se o município não informou setembro outubro e novembro, na competência financeira dezembro que paga em janeiro o recurso vai ser bloqueado, isso é o que veio em Oficio, ele informa que ontem (05-12-2016) foi divulgado uma minuta da portaria de suspensão da competência de outubro e o MS já suspendeu 06 (seis) municípios do Tocantins já por falta de alimentação no SISAPE da equipe de saúde da família ou saúde bucal . O Sr. Iatagam relata que nesse documento vai ser expandido para a NASP, o que foi feito enquanto Áreas Técnica, os profissionais do NASP fizeram um recorte nesses os últimos três meses, e também foi encaminhado para os municipios e através do COSEMS, segundo ele pouquíssimos municípios entraram em contato, foram trinta e poucos municípios que não tem nenhuma informação de NASP desde a implantação da equipe, citou como exemplo que esse mês teve um bloqueio de recurso de 07 (sete) agentes comunitários de saúde na Bahia, e só para deixar todo mundo ciente como estão em período de transição e lembrou que é muito complicado com mudança de profissionais, esclarece que não teve tempo hábil para organizar uma capacitação agora no final de ano sobre SISABE e SUS. O Sr. Iatagam informa que para agendar assessoria o telefone é 3218-3213 e 3218-1771, e que estão se programando para janeiro fazer uma capacitação com o pessoal do Planejamento que vão tentar pleitear agenda ativa na CIR, que em janeiro os recursos ainda não foi liberados então vão pleitear isso também, e para finalizar esclarece que a internet que o pessoal estão relatando e uma internet do PMAQ que foi disponibilizado para alguns municipios que fizeram adesão do programa no primeiro ciclo, o MS relata que fizeram um analise de uso da internet e que não avaliaram o Tocantins e que cerca de 90% (noventa por cento) dos municípios que foram contemplados com essa internet não foi utilizada, relatou também que fizeram visita aos municipios e constataram que a única internet que utiliza é aquela, mas estava tendo superfaturamento nisso, e o que foi argumentado com o apoiador esteve presente há duas semanas aqui no estado foi que eles deveriam ter feito essa analise de município a município, e foi dito que tem possibilidade de voltar, mas não foi dado prazo. O Sr. Whisllay Maciel questionou a respeito de usar o PEC Of-line porque estao utilizando o ESUS em Palmas e é um transtorno toda manhã, o sistema não comporta, e informa que Palmas é o municipio que esta tendo maior dificuldade, ele deixou claro que o sistema é muito lento e tem sido objeto de luta diaria com os profissionais medicos e os enfermeiros da Atenção Primaria por conta da queda do sistema, e em relação a utilização do sistema de prontuario, do ponto de vista dos municipios que estao utilizando o Sistema de Informação e que o dia 10 e o limite para quem não esta usando se manifestar e providenciar prazos, mas para o município que já esta utilizando ele recebe por prontuario ele precisa fazer alguma coisa, porque o sistema é desgastante mas a equipe do MS é muito atenciosa, a duvida do Sr. Whisllay Maciel e se o PEC funciona of-line

para ele é uma novidade porque isso pode contribuir bastante para resolver o problema. O Sr. Iatagam esclarece que o formato que Palmas trabalham é o único do estado ele trabalha em rede sendo que tem um centralizador no off-line ele vai conseguir inserir os dados da mesma forma, ele funciona assim: vai inserir só que não vai enviar direto, vai ter que ter uma pessoa responsável um digitador para passar semanalmente e aí pegar esses dados e exportar, levar para o centralizador e transmitir de lá porque na unidade não vai ter internet, vai ter que ser configurado o link de envio. Ele faz a colocação que a diferença é essa ele consegue trabalhar off-line. O Sr. Whisllay Maciel questiona que a opção e um sistema de prontuario eletronico onde o cidadao possa ser consultado seu prontuario em qualquer ponto da rede, e a pergunta é? Se no momento de instabilidade não poderia estar usando essa modalidade off-line e assim que o sistema restabelece essa informação é capitada por um sistema que está on-line, porque quando o sitema para, para tudo perde até a agenda e com isso gera muita confusão. O Sr. Iatagam esclarece que tem algumas funcionalidades que quando trabalha off-line não consegue, por exemplo, o CAD - web, ele deixa registrado que o Técnico do MS Sr. Andre trouxe uma novidade de que quando o usuário não esta cadastrado, ele chega e já tem um link direto com o CAD - web, citou o exemplo de Palmas de que quando edita o cadastro do cidadão já esta editando no cartão SUS, porque tem muita gente que tem mais de um cartão SUS, e respondendo o Sr. Whisllay tem como trabalhar on-line e quando cair trabalhar off-line e depois é so coletar os dados e jogar no centralizador. A Sra. Conceição relatou que o Ministro da Saúde citou na reunião CONASS que essa internet ela seria recolhida mais posteriormente ia resolver se disponibilizaria de novo através de uma licitação ou se repassaria esse recurso para cada municipio contratar. O Sr. Iatagam esclarece que nesse período como já estão com as contas fechadas não tem com adquirir equipamentos nem como sair para capacitar às novas equipes, e a questão da internet foi passado que ia fazer uma analise posterior e depois ia dar um prazo, mas nada concreto. E por ultimo ele esclarece que no mês de outubro o Tocantins tinha apenas 19 (dezenove) e desses 19(dezenove) tinham apenas 10 (dez) que tinham enviado 10 (dez) atendimentos, ou seja, foi teste, outro questionamento que foi feito com o MS e porque mesmo sendo via CDS, o expositor completa dizendo que o Tocantins recebeu os parabéns porque foi um dos estados que conseguiu realizar o CDS, e segundo o expositor se o municipio iniciar no sistema hoje é considerado implantado o PEC e Palmas é um municipio que já esta consolidado no PEC, na realidade não estão presando pela qualidade da informação, a SES vê como um retrocesso foi relatado isso na web, outra coisa que foi relatado e porque se sabe que esta próximo da avaliação do Programa de Melhoria da Qualidade PMAQ a avaliação externa que esta previsto para ocorrer em abril e sabe-se que 30% da avaliação e relacionado aos indicadores e a fonte é o ESUS, e para surpresa porque quem trabalha com o PMAQ há muito tempo o recorte sempre é ou três meses antes da avaliação ou no período da avaliação, foi falado que ainda não tem o periodo definido e para eles foi um retrocesso muito grande. A Sra. Luiza Regina da uma sugestão para pontuar algumas coisas para a agenda do ACOLHESUS que estão com a data previa de 20 de janeiro para ter um momento no evento dedicado a esse assunto porque ele vai ser muito critico nesse momento de transição de gestão. A Sra. Luiza Regina solicitou um informe sobre o Preço Maximo de Venda ao Governo (PMVG) uma nota tecnica de nº 13 de 2016 que o CONASS foram escaneado e encaminhado para a CIB para estar colocando no link da CIB

na pagina da Saúde, ela esclarece que a Câmara de Regulação de Medicamentos expediu resolução em 2007 estabelecendo que o preço de comercialização de medicamento para o setor público no Brasil é o preço fabrica ou o PMVC e esclarece ela que o preço fabrica é o preço em tese para comprar, como referencia, nunca acima, que geralmente se vê nas farmácias nas revista da ABC Farma, ela sugere que esqueçam o preço Maximo de Venda do Consumidor porque é venda de drogaria, setor publico tem que comprar pelo preço fabrica e quando o produto e desonerado pelas questões de ICMS ele vai para o PMVC, entao na tabela tem o PF e o PMVG . A Sra. Luiza Regina esclarece que todo o produto que é regrado pelo PMVG, pela desoneração ou por mandado judicial tem que fazer aplicação de adequação do preço que é o Coeficiente de Adequação de Preço (CAP) onde reduz em 20% (vinte por cento) o valor do preço fabrica. O Sr. Whisllay Maciel questionou que na pratica e impossivel, com medicamento por demanda judicial compra aqui em Palmas no menor preço que a farmacia entrega, em relação a essa tabela tem muitas confusões primeiro que o preço de fabrica é mais caro do que o preço de venda ao governo. A Sra. Luiza Regina trás ao conhecimento de todos que para obtenção do PMVC tem as desonerações de ICMS tem aplicação do coeficiente para o caso de medicamentos de DST-AIDS e para os medicamentos Hemoterapicos, e não é 100% (cem por cento) dos medicamentos, tem as lista, cujas listas são publicadas por comunicado da Especializada em Médicos - Endoscopia Digestiva (QUIMED) e sempre que publica a lista há a atualização da tabela. O Sr. Whisllay Maciel rebate que há uma serie de duvidas na utilização dessa tabela QUIMED, ele gostaria de propor que pudesse discutir para saber quem poderia acessora-los na utilização dessa tabela. A Sra. Luiza Regina esclarece que a região norte tambem tem dificuldade de aplicação dessa tabela na aquisição de medicamentos, mandado judicial é o caso também, ela informa que já foi levado essa situação para Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) todas as dificuldades de compra tem que informar a ANVISA até para respaldar, ela esclarece tambem que as resoluções da QUIMED têm força de referencia e de preço, é o Órgão Regulador da comercialização de medicamentos nos pais. O Sr. Whisllay Maciel sugere que poderia virar um ponto de pauta principalmente os municípios maiores, segundo ele os menores não vao conseguir comprar utilizando essa estrategia e que eles tem procurado utilizar essa tabela e até o momento impraticavel talvez por falta de algum detalhe. A Sra. Luiza Regina acha importante a idéia desse encaminhamento, ela concorda e pergunta se todos estão de acordo com esse encaminhamento para estar pautando o assunto na CIR e na CIB tambem. Ela confirma se todos os membros concordam com o encaminhamento de pautar o assunto na CIR e na CIB como esclarecimento para que alcance os 139 gestores municipais. A Sra. Conceição esclarece que antes de pautar na CIB de fevereiros pode se pedir uma assessoria ao CONASEMS para isso, e já trazer porque tem o janeiro todo sem CIB, entao já pode estar acionando, deve ter uma área do CONASEMS que possa fazer este apoio, e que vai depender da solicitação. A Sra. Luiza Regina informa que fica aprovado este encaminhamento desse informe sobre o PMVG e o Preço Fabrica na aquisição de medicamentos no setor publico. A Sra. Luiza Regina Dias Noleto/Superintendente de Planejamento da SES-TO representando o Secretário de Estado da Saúde do Tocantins e Presidente da CIB/TO, Sr. Marcos Esner Musafir nesta plenária, encerrou a reunião às dezesseis horas e trinta e nove minutos, desejando a todos um Feliz Natal e um ano maravilhoso cheio de bênçãos e vitorias, e para constar foi lavrada a presente ata, que depois de lida e

aprovada, será assinada pelo Presidente da CIB ou representante e pelos demais membros presentes nesta reunião.

SESAU:

Marcos Esner Musafir/ Secretário de Estado da Saúde do Tocantins----------

Luiza Regina Dias Noleto/Superintendente de Planejamento da SES-TO----------

Carlos Felinto Junior/Gerente de Desenvolvimento de Políticas de Saúde----------

Gilian Cristina Barbosa/Diretoria de Atenção Primária---------- Gilian C. Barbosa

Iatagan de Araujo Barbosa/ Diretoria de Atenção Primária---------- Iatagan de Araujo Barbosa

Luciana Ferreira Marques da Silva Diretora de Gestão de Vigilância em Saúde ---------- Luciana F. Marques da Silva

Ludmila Nunes Moreira Barbosa/Dir. de Controle, Regulação, e Avaliação em Saúde---------- Ludmila Nunes M. Barbosa

Margareth Santos Amorim/Superintendente de Politicas de Atenção à Saúde----------

Patrícia Quintanilha de Oliveira Vecchione/Superintendência de Unidades Próprias----------

COSEMS:

Whisllay Maciel Bastos/Secretário Execuctivo e SMS de Palmas – TO----------

Camerino Costa Batista/SMS de Dianópolis e Diretor Adjunto do COSEMS----------

Fabrício Alves Segura/SMS de Araguanã e Diretor de Descentralização e Regionalização do COSEMS----------

Irineuda C. Leite / SMS de Pium----------

José Nelson Brito da Silva SMS de Ananás---------- José Nelson Brito da Silva

Juliano R. de Souza/SMS de Natividade e Diretor Administrativo do COSEMS----------

Maria da Conceição Marinho de Farias Rêgo/SMS de Tocantinópolis----------

Ricardo Silva Madruga / SMS de Wanderlândia e Conselheiro Fiscal do COSEMS---------- Ricardo Silva Madruga

Sirlene Pereira dos Santos Farias/Secretária Municipal de Saúde de Novo Alegre – TO----------

Suelí S. de Sousa Aguiar/SMS de Gurupi----------